

1. Informações básicas sobre a atividade

- **Título:** A plataformização das políticas públicas no Brasil: Tecnologias da Informação, Políticas de Assistência Social e aprofundamento das desigualdades

- **Formato** - workshop/ debate

- **Proponentes e co-proponentes:**

Paulo Victor Melo - jornalista, doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, professor e pesquisador de Políticas de Comunicação. Integrante do Conselho Cultivo da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Coordenador do Grupo de Trabalho Políticas e Governança da Comunicação da Compólitica - Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Membro do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social. Atualmente, bolsista da Fiocruz, no projeto "Proteção de Dados em Serviços de Saúde Digital"

Tâmara Terso é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (PósCom/UFBA). Coordenadora do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da UFBA. Jornalista. Integrante do Intervezes.

- **Palestrantes:**

- Comunidade científica: Tarcízio Silva - *Tech + Society Fellow* na Fundação Mozilla, realizando pesquisa sobre direitos digitais e participação da sociedade civil no debate sobre danos algorítmicos. Mestre em Comunicação (UFBA); doutorando em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). Editor de livros como "*Comunidades, Algoritmos e Ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*" e "*Estudando Cultura e Comunicação com Mídias Sociais*".

- Setor empresarial: Edelweis Ritt - Conselheira e Presidente da Câmara de Cidades Inteligentes da P&D Brasil (Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação). Executiva com experiência em negócios na indústria eletrônica, iniciou sua carreira na empresa Agilent Germany trabalhando no design de chips. Passou por empresas como CEITEC, Semikron Brasil, Atacama Ventures e Unitec Semicondutores. Convidada em 2018 a ingressar na HT Micron como responsável pelas relações institucionais e alianças estratégicas, Edelweis é formada em Ciências da Computação pela PUC-RS, Mestre pela UFRGS e PhD pela Universidade de Tübingen na Alemanha.

- Sociedade civil: Givânia Maria da Silva - Pesquisadora e quilombola integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro/NEAB, Grupo de Estudo Mulheres Negras, Grupo de Estudos em Políticas Públicas, História e Educação das Relações Raciais/ GEPHERG e Cauim

(todos da UnB) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

- Poder público: Felipe Rigoni - Deputado Federal pelo PSB-ES. Integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Coordenador de GovTech (Governo Digital) da Frente Parlamentar Digital.

• **Moderadora:** Tâmara Terso - Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social

Tâmara Terso é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (PósCom/UFBA). Coordenadora do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da UFBA. Jornalista. Integrante do Intervenções.

• **Relatora:** Emilly Marques - Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Emilly Marques é assistente social, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Coordenadora da Comissão de Comunicação do CFESS. Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em Serviço Social e Saúde e em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

2. Estruturação do workshop

Objetivos e resultados (propostos e atingidos)

O intuito da proposta foi compreender como a opção pela plataformização de determinadas políticas públicas direcionadas a segmentos vulnerabilizados da sociedade agrava múltiplas desigualdades. Partindo de dois temas específicos e atuais - o auxílio emergencial e as discussões sobre mudanças no Cadastro Único (CadÚnico) - o debate foi ampliado para reflexões gerais sobre tecnologias da informação e comunicação (TIC's) e questões raciais, sociais, territoriais e de gênero.

A atividade, conforme previsto em seus objetivos, também discutiu os impactos da plataformização das políticas públicas voltadas a pessoas que não têm acesso à internet ou não possuem familiaridade com o uso das TICs; reuniu apontamentos sobre como os diferentes setores - poder público, sociedade civil, academia e empresariado - têm analisado o cenário desigual de (des)conexão no Brasil; e forneceu subsídios para implantar políticas públicas que revertam o cenário de desigualdades no acesso à internet, especialmente de parcelas em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a atividade se constituiu como um importante canal de diálogo entre poder público, sociedade civil, academia e empresariado a respeito da necessidade de reflexão sobre tecnologias de informação e comunicação (TIC's) que não promovam ou aprofundem desigualdades; e produziu elementos para incidência política de organizações da sociedade civil, comunidades tradicionais e periféricas com objetivo de garantir o acesso à internet e às políticas de assistência social.

Justificativa em relação à governança da Internet

Diante das enormes dificuldades no acesso ao auxílio emergencial e as incertezas em relação à segurança digital no CADÚNICO, é relevante debater a opção do Governo Federal pela centralização das políticas públicas em tecnologias digitais, afetando diretamente territórios caracterizados pela ausência ou insuficiência de acesso à internet. Segundo estudos realizados pela Rede de Pesquisa Solidária da Universidade de São Paulo (USP), cerca de 7 milhões de pessoas elegíveis ao auxílio emergencial não tiveram acesso ao benefício por dificuldades no acesso à internet. A pesquisa TIC Domicílios evidencia essa problemática: apenas 33% das pessoas das classes D/E já utilizaram computador de mesa, notebook ou tablet; somente 48% dos indígenas e 55% das pessoas pretas utilizaram computador ao menos uma vez na vida, sendo que entre as pessoas brancas, o índice é de 63%; 85% das pessoas das classes D/E, 75% dos indígenas e 65% de pretos e pretas utilizam a internet exclusivamente pelo celular. Mesmo assim, mais de 73 milhões de pessoas estão inscritas na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), principal instrumento de identificação e caracterização das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Brasil para controle do acesso a programas como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Tarifa Social de Energia Elétrica. Buscamos entender os riscos à segurança digital da população devido à manipulação de uma enorme base de dados pelo governo em um contexto de centralização do poder, por meio de um discurso de "modernização" que pode acarretar em retrocesso e não na ampliação de direitos sociais.

Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante o workshop.

Cada um dos 4 debatedores teve 10 minutos para exposição inicial, apresentou informações, dados e reflexões a partir do segmento que integrou, objetivando-se assim uma visão multissetorial sobre a problemática abordada. Após esses 40 minutos iniciais, os debatedores comentaram e/ou responderam questionamentos apresentados pela audiência, que foram lidos pelo mediador.

O público participante interagiu pela caixa de comentários da transmissão ao vivo durante todo o tempo da atividade. A relatora reuniu as perguntas enviadas pelo chat e a moderadora leu para respostas e diálogos pelos debatedores após a exposição.

3. Síntese dos debates

- Síntese dos posicionamentos e propostas apresentadas pelos(as) palestrantes e participantes

Perguntas da mediadora e de participantes:

Até que ponto as tecnologias da informação têm contribuído ou não para o aprofundamento das desigualdades no Brasil e como o acesso às políticas sociais através de plataformas são avaliadas neste contexto?

Podemos dizer que atualmente as plataformas digitais (redes sociais, etc) são uma forma de exercício de direito político autônomo, em razão de tantas influências políticas?

Diferenças regionais, e sociais, dificultam o acesso à tecnologia e à internet. Como pensar em política de plataformização educacional que possa atender essas diferenças, sem gerar ainda mais exclusão?

Como enfrentar as desigualdades no acesso à internet? E por outro lado, o racismo algorítmico nas plataformas? Quando a gente vai ter certeza de que indevidos recebam os recursos sociais, cruzar melhor os dados? O Brasil é gigante, né?

O que a Comissão de Ciência e Tecnologia tem feito para acompanhar o projeto de plataformização do CADÚNICO, uma vez que o Ministério da Cidadania já manifestou que está realizando testes para a implantação de auto inscrição no Cadastro, em parceria com as BIGTECHs?

A nova lei do Benefício de Prestação Continuada (BPC), n. 14.176/2021, prevê a adoção de média automatizada com base em teleatendimento para a fase de avaliação social dos requerentes do benefício. Quais são os riscos e danos da automatização de procedimentos que necessitam de abordagem multidisciplinar em contextos de desigualdades sociorraciais?

1. Tâmara

Realizou a exposição da atividade e divulgou o mapeamento “Territórios Livres, Tecnologias Livres” que revelou que metade das comunidades quilombolas e rurais do Nordeste tiveram dificuldades para acessar as políticas sociais (INSS, Auxílio emergencial, Educação e Saúde) através da internet, durante a pandemia.

2. Givânia

Tema recorrente e relevante, porque não há mais como não se discutir. Fala a partir de análises dos quilombos. É inegável que as novas Tics e ferramentas trouxeram benefícios à sociedade, mas precisamos destacar que determinados grupos foram historicamente excluídos de muitos benefícios e quando chegam a esses, não conseguem acessá-los.

Avanços com a chegada da energia elétrica, mas se ainda há percentual de não acesso, a população quilombola e indígena estão nela. Não foi a pandemia que trouxe as desigualdades sociais, ela aprofundou essas questões e indicadores de desigualdades na sociedade. Trouxe como pontos principais: 1 O acesso exclusivo ao auxílio emergencial, por aplicativo de celular. Comunidades sem internet, com celular para fazer ligação somente quando está na cidade, com isso muitos não acessaram o benefício. A CONAQ fez inúmeras iniciativas, como mutirões para acesso. 2. O acesso ao ensino remoto - como pensar na qualidade do acesso, com aparelhos precários, pacotes limitados de internet, chamar atenção para os níveis de desigualdade que as comunidades quilombolas que não foi a pandemia que trouxe, e sim, o governo genocida, o golpe, a destruição das políticas. O problema do acesso acelera as questões, mas algumas pessoas nunca tiveram acesso a esses bens, o que aumenta o grau de dificuldade.

Como professora, falou do subacesso das pop quilombolas, indígena, periféricas que as novas tecnologias não trouxeram benefícios, pois nunca tiveram acesso, na formação histórica de colonização e escravidão. Não há homogeneização do acesso desde sempre. Questiona: gerar autonomia para quem? Como podemos combater com a ferramenta problemas que elas mesmas produzem, como as fake news?

O Brasil não é pobre, mas com alta concentração de riqueza e a plataformização ajuda a manter esse grupo cada vez mais rico. Não considerar o CADÚnico foi erro e crime com a política que está se consolidando no CRAS, negar direitos de quem já tinha chegado ali. Autonomia não é possível sem informação, sem questões básicas, porque algumas pessoas não têm o básico. Educação como está foi um enterrar de sonhos.

Aponta a necessidade de debater o conceito de escravidão moderna, que abarca os debates de hoje, como a negação de direitos, questões estruturais, do racismo ambiental, das plataformas, vinculados ao racismo estrutural. Cida Bento nos alerta, sobre o medo da elite branca de perder poder.

Antes que discutir plataformização precisamos discutir desigualdade, antes de discutir racismo da plataforma, discutir o racismo estrutural. Distribuição de renda, de terra, de poder.

Um País que tem tanto dinheiro, exporta tanto, mas voltou ao mapa da fome. A Plataformização teria dado conta se o racismo não fosse a estrutura que guia nosso Brasil há mais de 500 anos. Não sairemos da desigualdade se só pensarmos em lucrar, como se a eficiência toda estivesse somente no serviço privado. Como até hoje não se tem um censo da população quilombola com tanta tecnologia?

3. Edelweiss

Fala a partir de um setor empresarial específico, pois a associação tem representatividade das empresas de base nacionais, competem no mundo globalizado com muito país com investimentos altos em Pesquisa e Desenvolvimento. Acreditam que com o desenvolvimento sendo feito no Brasil, teríamos mais igualdade, geração de renda e empregos qualificados em nosso país. Precisamos distribuir renda e para isso precisamos gerar renda. O aumento da produtividade das empresas pode aumentar a conectividade e onde a tecnologia poderia ser utilizada para aumentar o IDH das cidades e auxiliar

determinados serviços: cidades inteligentes 4.0, saúde 4.0, indústria e campo/agricultura (conectividade). Na pandemia, vimos a importância da conectividade, integração entre serviços, transparência e agilidade no atendimento ao cidadão. Destacou o avanço da LGPD e privacidade dos dados. Telemedicina e EAD dispendo à tecnologia, destacou a relevância disso para desenvolvimento nacional, ao invés da importação das tecnologias. Suprir as necessidades tecnológicas dentro do país. Especificidades que o Brasil tem e por isso ser desenvolvida por brasileiros. Observação dos problemas que temos, com os custos que temos, com as estruturas que temos, a partir de nossos engenheiros, nossa tecnologia. Problemas de conectividade principalmente no campo, com pequenos produtores. Destacou os problemas de integração de banco de dados entre as políticas.

4. Tarcízio Silva

Representando a comunidade científica. Fez alusão a prisão de Paulo (Galo de Luta) e da sua companheira, e a importância do grupo Revolução periférica. Abordou como a lógica de plataforma influencia na imaginação de futuro, do que é visto como ciência, inovação e desejável para tecnologia. Destacou reflexão sobre as Plataformas de mídias sociais, de gestão dos serviços (uber, ifood), que são intermediários entre diferentes usuários. Sobre a concentração de valor em poucas empresas que têm características próprias, ele destacou: 1- ideia de efeito de rede: quem inova ou larga na frente nas infraestruturas digitais e ambientes de inovação, lucraria mais. Ex.: facebook junto com o capital financeiro se adaptam e inovam 2- Uso de subsídios - uber e a ideia de dumping, onde capital financeiro muda uma área antiga de negócios e substitui, ao mesmo tempo que precariza o trabalho, o que favorece o acúmulo por poucos 3- Técnicas de engajamento contínuo - persuasão, motivação para trabalhadores precarizados. Nos últimos 10 anos houve empolgação com a uberização de tudo, inclusive do governo, com o incentivo à plataformação. “promessa de serviços radicalmente melhores ao público”. Houve lobby do setor privado, parlamentares propondo tecnolucionismo como solução de problemas para os serviços públicos. O Brasil não é um país digitalizado, não é informatizado, não é conectado. “Temos que partir das necessidades das pessoas e não de tecnosolucionismo”. As pesquisas sobre TICs mostram o acesso precarizado, inclusive na região sudeste. Ele trouxe os dados do Painel Covid do NIC sobre a dificuldade de acesso ao dispositivo do Auxílio Emergencial e falta de acesso também em virtude das habilidades necessárias para usar. "A culpa não está no cidadão, mas na escolha de usar esses apps para gerar mais exclusão. Como substituir recursos da seguridade social, políticas sociais por aplicativos?"

Ele falou sobre a ideia de suposto excesso de gastos com servidores públicos e serviços, mas isso não é a realidade, países menores ocupam cerca de 29% serviço público: China 27 % e na França 20 % trabalham no serviço público. Porém, nos EUA 13% e Brasil cerca de 12%. Ele refletiu sobre a autonomização da desigualdade, quando um algoritmo substitui especialistas na interação com os cidadãos e ocorre o apagamento da “empatia”. Papel dos servidores na relação com o cadastramento é uma tecnologia social quando se pensa a proteção social no atendimento, diálogo e atendimento às famílias que não dá pra substituir

por um instrumento, pois possibilita descobrirmos outras vulnerabilidades. A eficiência com a economia de servidores é desastrosa para o Brasil.

Ele alertou que fraudes de forma estratégica e organizada trata-se de questões políticas. E que, atualmente, temos ferramentas como portal da transparência, lei de acesso de informação que são importantes para observar e controlar, a partir do controle da sociedade. "Não só visando ao lucro, mas que o bem-viver seja o objetivo."

5- Felipe Rigoni - poder público

Ele apontou o assunto como relevante, se afirmando entusiasta da digitalização do governo como ferramenta de melhoria e não como ferramenta de substituição. Quando se plataformiza um governo, exemplificou, como a Inglaterra, Estônia, e outros lugares, que se têm ganhos e eficiência com economia do dinheiro, facilidade de processos, é preciso digitalizar do jeito certo. Não tornar ele unicamente digital, como aconteceu com o aux. emergencial, abdicando dos conhecimentos locais do território, como os CRAS.

É possível utilizar Ferramenta de ganho de eficiência, mas sem abdicar de pontos físicos de atendimento. Reduzir a fila para quem precisa do acesso ao ponto físico. A digitalização deve ser como ferramenta, não como princípio. O princípio é a política pública, é a redução das desigualdades. Na questão da inclusão digital o Brasil não é totalmente conectado e temos desafios enormes para enfrentar. Devemos digitalizar o governo com olhar para inclusão digital, não é só internet, mas equipamento, conhecimento.

Ele falou sobre a lei de governo digital, com conectividade digital patrocinada, sem consumir pacote de dados das pessoas quando usam as plataformas do governo. E admitiu que aprofundou as desigualdades de quem não tinha acesso, pessoas com deficiência, quilombolas, mas que essa realidade pode ser transformadora com ferramenta útil para ganhos de eficiência. Ele trata de priorizar inclusão digital, política pública acima da digitalização e acesso para quem ainda não tem acesso. E pontua que o problema não é a plataformização, mas a falta da garantia do acesso para todos e todas. Ele destacou ter sido erro fechar as escolas por tanto tempo, sem planejamento na volta e sem acesso pra aula remota. E lamentou os jovens que não tiveram acesso a nenhum tipo de educação, fora os que tiveram de forma muito precária.

Ele reafirmou que o Desafio da desigualdade digital para o governo é um desafio de acesso. E concorda com a identificação dos problemas anteriores, e que a digitalização não pode ser a política pública, e sim contribuir para que ela seja mais barata, mais rápida e que chegue a mais gente.

"CadÚnico é o maior cadastro do Brasil e é muito bom. Não descartar algo que está sendo aprimorado há tanto tempo. Pessoas que não precisavam recebendo e as que precisam não conseguem acessar. "

• Identificação de consensos, pontos a aprofundar e dissensos.

Posicionamento	Dissensos	Consenso	Pontos a aprofundar
<p>Desafio da desigualdade digital para o governo é um desafio de acesso. A digitalização não pode ser a política pública, e sim contribuir para que ela seja mais barata, mais rápida e que chegue a mais gente.</p>	<p>Não é o Tecnosolucionismo que resolverá as desigualdades. As desigualdades são estruturais nesse sistema e sempre existirão para determinados sujeitos, de acordo com raça, classe e território.</p> <p>Antes de discutir plataformização precisamos discutir desigualdade. É inegável que as novas Tics e ferramentas trouxeram benefícios à sociedade, mas precisamos destacar que determinados grupos foram historicamente excluídos de muitos benefícios e quando chegam a esses, não conseguem acessá-las. Determinada população nunca teve acesso, fruto da nossa formação</p>	<p>Existe grande desigualdade de acesso</p>	<p>Debater o conceito de escravidão moderna, que abarca os debates de hoje, como a negação de direitos, questões estruturais, racismo ambiental, algoritmo raciais das plataformas, todos vinculados ao racismo estrutural.</p> <p>Quais os mecanismos para acompanhar de forma cidadã os processos de plataformização das políticas sociais?</p>

	<p>histórica de colonização e escravidão.</p>		
<p>Produzir tecnologia própria gera emprego, renda e pode reduzir as desigualdades, pela observação dos problemas próprios e com as estruturas que temos.</p> <p>Gerar lucro nacional para redistribuir depois a riqueza. Distribuir renda e para isso precisamos gerar renda.</p>	<p>Para superar a desigualdade, o foco não está no lucro. A eficiência não está somente no serviço privado.</p> <p>País não é pobre, mas com riqueza concentrada e a plataforma tem ajudado a manter esses privilégios</p>		
<p>Há problemas de integração nos bancos de dados entre as políticas.</p>	<p>Fraudes de forma estratégica e organizada tratam-se também de questões políticas</p>	<p>A relevância do CADÚNICO</p>	
<p>As plataformas digitais resolvem a eficiência da gestão do poder público, o problema é a falta de acesso a todas as pessoas. Ideia de eficiência via médias autonomizadas.</p>	<p>O trabalho humano, o atendimento presencial, é insubstituível para identificar desproteções sociais. Eficiência com redução de servidores públicos é desastroso para o Brasil</p>		